



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Deyvid de Souza Caiano

**A INFLUÊNCIA DA DITADURA MILITAR NAS REFORMAS UNIVERSITÁRIAS E
ENSINO BÁSICO DO BRASIL**

Maceió

2019

Deyvid de Souza Caiano

**A INFLUÊNCIA DA DITADURA MILITAR NAS REFORMAS UNIVERSITÁRIAS E
ENSINO BÁSICO DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
pré-requisito parcial para obtenção do título de
licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Michelle Reis de Macedo

Maceió

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

C133i Caiano, Deyvid de Souza.
A influência da Ditadura Militar nas reformas universitárias e ensino básico no Brasil / Deyvid de Souza Caiano. – Maceió, 2019.
38 f.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 37-38.

1. Governo militar - Brasil. 2. Golpes de estado. 3. Reforma da educação. I. Título.

CDU: 37.014.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
"A influência da ditadura militar nas reformas
universitárias e Ensino Básico do Brasil"
elaborada(o) por
Oleyvid de Souza Caiano e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora com nota 8, cumprindo as exigências
para obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Michelle Reis de Macedo
Orientador (a):
Prof.(a) João Roberto Santos Lima
1º Examinador (a):
Prof.(a) Lidia Baumgarten
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas
15/10/2019

Deyvid de Souza Caiano

**A INFLUÊNCIA DA DITADURA MILITAR NAS REFORMAS UNIVERSITÁRIAS E
BÁSICO DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de História sob a orientação do Prof. Dr. Michelli Reis de Macedo

Aprovado em: ___/___/___

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Michelli Reis de Macedo
Universidade Federal de Alagoas- Campus A.C. Simões

Prof. José Roberto Santos Lima
Universidade Federal de Alagoas- Campus A.C. Simões

Prof. Dr. Lídia Baungarten
Universidade Federal de Alagoas- Campus A.C. Simões

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela oportunidade e o discernimento de estar realizando esse trabalho, que resultou não só no meu crescimento científico, mas também pessoal;

Aos meus queridos Maria Aparecida dos Santos Caiano e Divaldo dos Santos Caiano que me apoiaram nos momentos de desânimo, me fazendo sempre levantar a cabeça, também por colaborarem para que minhas ideias pudessem se transformar neste trabalho, quer seja através do incentivo moral ou compartilhando um pouco das experiências de vida;

A minha amada Esposa Daniely de Melo Barros que me ajudou nos momentos difíceis, sempre estado ao meu lado, me incentivando, apoiando nesse trabalho e na vida acadêmica, muito grato;

A professora Michelli Reis, agradeço pela orientação nesse trabalho, pela competência, generosidade, confiança e pela oportunidade de realizá-lo. Enfim, por ser mais do que mestre e amigo, apoiando no que foi possível, ao Professor José Roberto, conhecido por nós alunos como “Robertinho. A ele minha gratidão;

A professora Lígia, que apesar de não ter convivido no período acadêmico, está fazendo parte da banca examinadora me ajudando a dá um passo importante na vida, gratidão;

A todos os professores do curso de História da UFAL/ campus A.C. Simões que por meio das atividades didáticas nas disciplinas cursadas, contribuíram para o resultado deste trabalho;

E a todos que contribuíram de alguma forma para o bom andamento deste trabalho.

Meu Muito Obrigado!

Súmario

INTRODUÇÃO-----	1
CAPÍTULO I:	
O advento da ditadura militar no Brasil e as mudanças educacionais-----	2-10
CAPÍTULO II:	
Limpeza das ideias- Reformas educacionais-----	11-21
CAPÍTULO III: As consequências das intervenções na educação brasileira-----	
22-35	
CONCLUSÃO-----	
36	

INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil que teve início em 1 de abril de 1964, foi um período para a história política brasileira que marcou várias pessoas e segmentos da sociedade como um todo. Pessoas foram torturadas, censuradas, presas e mortas por conta de seu posicionamento político. E a censura se fez presente nos mais variados segmentos da sociedade como no teatro, música, livros e na educação com medidas efetivas.

No primeiro capítulo, demonstrei a remodelagem que o sistema educacional teve que passar depois de ocorrido o golpe de 1964. Uma rigorosa imposição de leis frente à sociedade que demonstrou um domínio autoritário e centralizador que se voltou intensamente à reestruturação da educação.

Dessa maneira, conforme a nova ideologia política e econômica foram realizadas, então, reformas voltadas à transformação da educação convencional em educação tecnicista. Enfim, busquei analisar a interferência da ditadura na educação do país, observando-se ainda, a influência do estado brasileiro sobre a mesma.

No segundo capítulo, abordei os grupos, decretos e leis, como também os esforços empreendido pelo governo militar e pela classe dominante para se utilizar a educação como um instrumento com o objetivo voltado para a formação, de uma massa de operários subservientes e explorado pelo sistema econômico, os quais estariam destinados a contribuir para o aumento do lucro e da produtividade das grandes indústrias.

E, por fim, no terceiro capítulo, como se deu as reformas da educação, tanto no ensino universitário com a lei 5540/68, e a do ensino básico com a lei 5.692.

Palavras chave: Ditadura, golpe, educação, Reformas.

ABSTRACT

The military dictatorship in Brazil that began on April 1, 1964, was a period for Brazilian political history that marked several people and segments of society as a whole. People were tortured, censored, arrested and killed because of their political position. And censorship was present in the most varied segments of society as in theater, music, books and education with effective measures.

In the first chapter, I demonstrated the reshaping of the educational system after the 1964 coup. A rigorous enforcement of laws against the society that demonstrated an authoritarian and centralizing domain that turned sharply to the restructuring of education.

In this way, according to the new political and economic ideology, reforms were turned into the transformation of conventional education into technical education. Finally, I tried to analyze the interference of the dictatorship in the education of the country, noting also the influence of the Brazilian state on it.

In the second chapter, I approached groups, decrees, and laws, as well as the efforts of the military government and the ruling class to use education as an instrument for the purpose of training, a mass of subservient workers and exploited by the system which would be destined to contribute to the increase of the profit and the productivity of the big industries.

And finally, in the third chapter, how did the reforms of education, both in university education with law 5540/68, and that of basic education with law 5.692

Keywords: Coup, Dictatorship, Education, Reforms.

O ADVENTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL E AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS

A década de 1950, foi um período de grandes mudanças no mundo. O Brasil dava passos largos rumo ao processo industrial e à modernidade. Nesse período o mundo atravessava a Guerra Fria, confronto que envolviam os Estados Unidos da América (capitalista) contra União das Repúblicas Socialista Soviética. O Brasil dentro desse contexto colocou-se em posição de neutralidade, sofrendo influência das duas potências.

Nesse contexto, o Brasil tinha um sistema educacional defasado, tendo boa parte de sua população composta por analfabetos, conforme a citação abaixo, o país tinha uma população com baixo índice educacional.

No que se refere à escolaridade da população, observa-se duas tendências importantes. Primeiro, o crescimento da renda per capita verificado nas quatro últimas décadas foi acompanhado de contínua expansão da taxa de escolaridade média, passando-se de dois anos de estudo em 1960 para cerca de cinco anos em 1990. (Em segundo lugar, a progressiva queda da taxa de analfabetismo, de 39,5% para 20,1% nas quatro últimas décadas, foi paralela ao processo de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos), tendência que se acentua a partir de meados dos anos 70, sobretudo como resultado do esforço do setor público na promoção das políticas educacionais. (RELATÓRIO PARA A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO EM GENEVRA, 1996.)

Nesse período o país tinha como presidente Juscelino Kubtschek que assumiu o país com o slogan “50 anos em 5”, criando Plano de Metas que visava o desenvolvimento e a modernidade do país. Sua meta era modernizar o parque industrial Brasileiro o mais rápido possível.

Antes do início do governo de Juscelino, foi criado o Instituto superior de Estudos Brasileiro (ISEB), que durante o governo de Kubtschek, foi valorizado no intuito de debater os caminhos para o desenvolvimento do Brasil.

O ISEB era ligado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa, liberdade de opinião e ampla divulgação dos estudos das ciências sociais baseado em ideias nacionalistas e desenvolvimentista para o país.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pouco antes do governo de Juscelino, foi por ele encampado e encarado como a inteligência a serviço do desenvolvimento. No interior do ISEB era elaborada e, a partir dele, divulgada a ideologia nacionalista desenvolvimentista. Paralelamente ao ISEB, formulava-se no seio da Escola Superior de Guerra (ESG) a ideologia da interdependência, que coincidia com a doutrina da segurança nacional. (SAVIANI, 2008).

Por outro lado, como mostra a citação acima, os militares com apoio do governo Dutra, na segunda metade dos anos de 1940, criaram a Escola Superior de Guerra (ESG), com ideias de interdependência e Segurança Nacional. Para a ESG era necessário desnacionalizar a economia para poder atrair empresas estrangeira, ficando claro a intenção de adoção das ideias liberais capitalistas no Brasil.

Nesse período, o país viveu duas etapas, diga-se de passagem contraditórias, de instalação de empresas. A primeira etapa de instalação de empresas nacionais de baixo investimento, como a criação de indústrias têxteis e as de produção de gênero alimentícios. Por ter baixo investimento e não necessitar de maquinários estrangeiros foi prioridade para o governo.

Antes do início do governo de Juscelino, foi criado o Instituto superior de Estudos Brasileiro (ISEB), que durante o governo de Kubtschek, foi valorizado no intuito de debater os caminhos para o desenvolvimento do Brasil.

O ISEB era ligado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa, liberdade de opinião e ampla divulgação dos estudos das ciências sociais, baseados em ideias nacionalistas e desenvolvimentista para o país.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pouco antes do governo de Juscelino, foi por ele encampado e encarado como a inteligência a serviço do desenvolvimento. No interior do ISEB era elaborada e, a partir dele, divulgada a ideologia nacionalista desenvolvimentista. Paralelamente ao ISEB, formulava-se no seio da Escola Superior de Guerra (ESG) a ideologia da interdependência, que coincidia com a doutrina da segurança nacional. (SAVIANI, 2008).

Por outro lado, como mostra a citação acima, os militares com apoio do governo Dutra, na segunda metade dos anos 1940, criaram a Escola Superior de Guerra (ESG), com ideias de interdependência e Segurança Nacional. Para a ESG,

era necessário desnacionalizar a economia para poder atrair empresas estrangeiras, ficando claro a intenção de adoção das ideias liberais capitalistas no Brasil.

Nesse período, o país viveu duas etapas, diga-se de passagem contraditórias, de instalação de empresas. A primeira etapa de instalação de empresas nacionais de baixo investimento, como a criação de indústrias têxteis e as de produção de gênero alimentícios. Por ter baixo investimento e não necessitar de maquinários estrangeiros foi prioridade para o governo. A segunda etapa do processo de industrialização foi a implantação de empresas de bens duráveis, como as indústrias automobilísticas, eletrodomésticos e eletrônicos. Essas empresas necessitavam de um alto investimento, por isso precisava de investimentos estrangeiros, levando ao governo a criar políticas de atração de empresas multinacionais.

Diante desse cenário de início da industrialização no Brasil, os grupos políticos uniram-se para a instalação das indústrias. Tanto a esquerda como a direita política eram a favor da industrialização do país, deixando claro que a ideia de industrialização tinha significado diferente para os dois grupos ideológico. Para setores da burguesia, a industrialização significava uma forma de consolidação de poder, por isso viam esse processo como um fim em si mesmo. Já para grupos de esquerda, a industrialização era apenas uma das etapas de desenvolvimento social, pois levantavam a hipótese de nacionalizar as empresas estrangeiras controlando os lucros, sendo que esse modelo entrava em conflito com o modelo político e econômico vigente.

Diante desse cenário, o Brasil polarizou-se ideologicamente entre direitas, que buscavam moldar as ideologias políticas ao modelo econômico, e esquerdas, que tinham como ideal a nacionalização da economia.

Efetivamente, se os empresários nacionais e internacionais, as classes médias, os operários e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, as razões que os moveram na mesma direção eram divergentes. Enquanto para a burguesia e as classes médias a industrialização era um fim em si mesmo, para o operariado e as forças de esquerda tratava-se apenas de uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia buscou consolidar seu poder, as forças de esquerda levantaram nova bandeira: nacionalização das empresas

estrangeiras, controle da remessa de lucros, royalties e dividendos e as reformas de base (tributária, financeira, bancária, agrária, educacional). Esses objetivos propostos pela nova bandeira de luta eram decorrência da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista, que, entretanto, entrava em conflito com o modelo econômico vigente. (SAVIANI, 2008).

Diante desse cenário de disputas ideológicas, existia um apelo popular para a criação da reforma de base no Brasil, pois sobretudo no meio rural, a desigualdade socioeconômica era muito grande. A partir desse contexto, Francisco Julião criou a liga camponesa e nesse mesmo período foi criado os sindicatos operários e as organizações dos estudantes secundaristas e universitários. Como contraponto, a classe empresarial criou o Instituto brasileiro de ação popular (IBAD), com a intenção de combater as ideias comunistas que se espalhavam pelo país. Nesse mesmo período, foi criado o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES), fundado por empresários estrangeiros, para articularem junto com os militares o movimento contra a ideologia ao processo de nacionalização das empresas.

O Brasil viva uma guerra ideológica a partir dos meios de comunicação. O IPES junto com a Escola Superior de Guerra implantavam ideias sobre uma suposta ameaça comunista à sociedade. Esse período ficou marcado pelo forte sistema de investigação, em que era comum militares se infiltrarem nos grupos operários e de trabalhadores rurais para acabar com as organizações de interesses populares.

Ação Democrática (IBAD), a primeira organização empresarial especificamente voltada para a ação política. Sua finalidade explícita era combater o comunismo e aquilo que seus membros chamavam de “estilo populista de Juscelino”. Em 29 de novembro de 1961, foi fundado o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES) por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, articulados com empresários multinacionais e com a ESG, por intermédio dos generais Heitor de Almeida Herrera e Golbery do Couto e Silva. Golbery foi o principal formulador da doutrina da interdependência na ESG. Em setembro de 1961, solicitou transferência para a reserva e, a partir de 1962, assumiu a direção do IPES. Enquanto o IBAD foi dissolvido pela justiça em dezembro de 1963, o IPES permaneceu em atividade por aproximadamente dez anos, até se

autodissolver em junho de 1971. (SAVIANI, 2008).

A aliança entre militares e empresários foi a primeira ideia para a formulação do golpe militar de 1964. A partir da elite burguesa em união com os militares, o país passou por reformas políticas, econômicas e principalmente ideológicas. Foi implantada no país a doutrina de interdependência, pois era visto pela burguesia como necessário para a manutenção da ordem no país.

A partir da pressão de grupos conservadores e com o apoio direto dos Estados Unidos, a partir da Operação Brother Sam, o governo norte-americano cedia partes da Marinha para apoiar o processo de intervenção militar na política brasileira. Destaca-se que, dentro desse cenário, após a tomada de poder por parte dos militares brasileiros, houve o uso de extrema violência. Por esse motivo e em busca de segurança, o então presidente João Goulart se exilou fora do país.

Nos primeiros dias após o golpe político, os militares iniciaram uma violenta repressão aos membros políticos de ideologia esquerdistas, como por exemplo, a União Nacional dos Estudantes, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) tiveram seus membros perseguidos, presos e torturados por se alinharam com grupos de ideologia marxista.

Com a saída de João Goulart da presidência brasileira, os generais com o apoio da elite assumiram o poder, indiretamente encerrando a primeira experiência democrática brasileira. Sendo que, vale lembrar, que para os fins jurídicos o país ainda vivia uma democracia, de forma mascarada.

Com o conhecimento de que os equipamentos militares brasileiros seriam insuficientes para uma possível intervenção no país, o embaixador Gordon, sugeriu ao seu governo o envio de armas de forma clandestina feito durante a noite por um submarino, sua intenção não foi levada a sério pelo governo dos EUA, mas Gordon defendia suas ideias advogando a possibilidade de o Brasil tornar-se comunista. Suas avaliações e a ameaça de uma ditadura peronista em terra brasileira culminaram na Operação Brother Sam que contava com uma estrutura exagerada, contando com porta-aviões, contra torpedeiros e navios petroleiros. A força tarefa-naval foi desmontada já que o futuro presidente Castelo Branco avisou a embaixada dos EUA de que não era necessário tal apoio logístico. Curioso notar também a preocupação dos EUA com relação as despesas

com a retenção do petroleiro, no fim o Brasil escapou de pagar a dívida. (FICO,2008).

A partir da saída de Goulart, o Brasil passou a ser governado por uma junta diretiva, que ficou conhecida como: “Comando Supremo da Revolução,” formada por três membros, entre eles estava: O brigadeiro Francisco de Assis Correia, o Almirante Augusto Redemaker e o general Artur Costa e Silva.

Logo após a tomada de poder do país, a junta administrativa iniciou um período de limpeza e repressão do país; os grupos e respectivamente os membros de ideologia esquerdista passaram a ser perseguidos e presos.

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife. (FERREIRA,2006).

A partir do processo de violência, usando a estratégia de que o Brasil ainda era um país democrático e como forma de alteração da Constituição, a Junta administrativa iniciou baixando os Atos Institucionais, que ficaram conhecidos como os AI's. Esses atos alteravam a lei de forma direta, com a aprovação do Congresso, que em sua maioria eram apoiadores do Golpe.

A junta administrativa, dias depois de tomar o poder, baixou o Ato institucional de número 1 (AI-1) o qual determinava que o governo podia cassar os mandatos legislativos, suspendendo por dez anos, ou afastando por completo do serviço público, todos aqueles políticos que representassem ameaça à segurança nacional.

Como forma de legitimação, convocou eleições indiretas para presidente da República. Lembrando que dias depois do AI1, saiu uma lista com o nome de 102 políticos que tiveram seus mandatos cassados pelo Ato institucional. Foi uma verdadeira “limpa” no Congresso brasileiro, restando apenas os simpatizantes do governo militar.

Com o Congresso tomado, as eleições presidenciais foram realizadas e, de forma indireta, elegeram o General Humberto de Alencar Castelo Branco, que depois de empossado, continuou o processo de cassação dos políticos. O regime político militar demonstrou ter todo apoio dos empresários, dos grupos conservadores e soava como um alívio aos Estados Unidos da América.

Destaca-se ainda, neste momento onde o Brasil começa a sofrer a maior interferência dos EUA na política interna e as discussões em torno das tentativas de amenizar o impacto do Ato Institucional nº 1 (AI-1), que apesar de todas as arbitrariedades, o novo regime brasileiro contou com o apoio financeiro, político e militar dos EUA. (FICO,2008).

A anterior aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos foi de fundamental importância para a consolidação do regime militar, pois firmaram um compromisso que ficou reconhecido como “Aliança para o Progresso”, onde o governo norte-americano intervia diretamente nos aspectos políticos, econômicos, social e cultural, como forma de integrar à América Latina depois do processo Revolucionário de Cuba, onde visavam barrar o avanço das ideias comunistas nos países latino americano.

Em discurso, John F. Kennedy conclamava “todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso, um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escola”. Propunha ainda que “a República Americana” desse “início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento” (FICO,2008).

A aproximação entre Brasil e Estados Unidos ganhou novos ares a partir do Ato Institucional de número 2 (AI 2), que tornou bipartidário o sistema político do país em resposta ao processo eleitoral que tinha acontecido anteriormente, quando grande parte dos políticos eleitos não se alinhavam com a ideologia militar. Por isso, como forma de tomada de decisão em relação à segurança nacional, foi instituído apenas dois partidos, em que, de um lado, encontrava-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era representada pelo governo e, do outro, estava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era uma oposição controlada pelos militares, que diga-se de passagem, compunham o governo. Além disso, o AI 2,

também previa a ampliação dos poderes do Executivo, que poderia ampliar o estado de sítio e intervir diretamente nos governos estaduais, como de fato o fez, nomeando interventores para governar alguns estados brasileiros.

A ditadura foi sendo implanta paulatinamente, pois quando os militares chegaram ao poder, a fala deles era de que passariam pouco tempo à frente da política só para solucionar o período da crise e a ameaça comunista que rodeava o Brasil nesse período, pois, conforme foi citado anteriormente, não era interesse da elite e muito menos dos Estados Unidos que o Brasil se tornasse uma país comunista. A partir desse contexto, o então presidente general Castelo Branco, remodelou o sistema político brasileiro de forma que os grupos de ideologia marxista, como por exemplo o Partido Comunista do Brasil, não tivessem participação no sistema político brasileiro.

Por esse motivo, foi baixado o Ato Institucional de número 3 (AI 3), que determinava que as eleições para governador e vice-governador seriam de forma indireta, feita pela maioria absoluta da Assembleia, em sessão pública e com votação nominal.

A intensificação da repressão aos opositores da ditadura militar conheceu um processo de escalada durante o governo de Humberto Castello Branco. Em fevereiro de 1966, o presidente e os principais oficiais militares assinaram o Ato Institucional número 3, o AI-3, que normatizava as eleições para governadores e prefeitos que ocorreria naquele ano. O objetivo principal do AI-3 era estender para os cargos de governadores dos estados e prefeitos das capitais estaduais a forma indireta de eleição, como já ocorria com a eleição para presidente e vice-presidente da República, estabelecida pelo AI-2. Com a eleição indireta para esses cargos, a responsabilidade pela indicação das autoridades recaía sobre os membros das Assembleias Legislativas. As prefeituras das capitais passavam a ser consideradas áreas de “segurança nacional” (FICO,2008).

Enfim, ao implantar um regime autoritário do país sustentando um discurso de limpeza política e manutenção da ordem, os militares golpistas passaram a intervir diretamente em instituições e setores da sociedade considerados estratégicos para que obtivessem sucesso na implementação de seu projeto político

de sociedade. Sem dúvida, o sistema educacional foi um dos setores que mais sofreram intervenção.

LIMPEZA DAS IDEIAS- REFORMA EDUCACIONAL

Para implementar o seu projeto político de sociedade, os militares no poder iniciaram uma série de reformas no âmbito social, cultural e educacional.

Tendo em vista que uma de suas maiores metas, era espantar qualquer ideia comunista que pudesse se aproximar do Brasil, por isso os militares enxergavam como necessário a limpeza das influências comunista que poderiam existir nesse momento.

Nesse sentido, as universidades, tornaram-se a bola da vez, pois na visão dos militares os campus universitários eram focos eminentes de comunistas, por isso era necessário se fazer uma limpeza nos ambientes universitários, tendo sempre como a ideia de libertar o Brasil de qualquer influência comunista.

VITORIOSO O GOLPE, e antes que os novos donos do poder definissem que rumos dariam ao país, o expurgo dos derrotados já era sua primeira preocupação. Depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as instituições universitárias foram os alvos prioritários das ações repressivas. Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários. (MOTTA, 2012).

O medo e a insegurança que tomavam conta dos setores conservadores do país, levaram a um processo de reação, contra a suposta ideia de esquerdização do país. Os grupos que se intitulavam de direita apoiaram diretamente o golpe, contra os movimentos sociais que ganhavam força no Brasil, como grupos rurais que

tentavam um programa de reforma agrária, com a invasões de terra, além das grandes mobilizações sindicais, e crescimento dos grupos estudantis existentes no períodos.

Nesse contexto, foram várias mudanças nas universidades entre elas um aumento considerável no números de universitários estudantes, que tornaram-se um grupo de grande influência nas regiões urbanas, sobretudo por sua notoriedade dentro das cidades.

Com o crescimento do número de universitários a UNE (União Nacional dos Estudantes) tornou-se uma instituição de grande influência e discurso políticos. Os universitários participavam de várias ações políticas e sociais de mobilização da população para o combate ao analfabetismo, além de intervirem nos movimentos de organização da população das favelas e na formação dos movimentos rurais.

Essas atitudes dos universitários geravam uma grande desconfiança na elite, pois segundo o pensamento da época estavam diretamente ligadas ao pensamento comunista, por isso o estudantes eram vistos com desconfiança por parte da elite conservadora do Brasil.

No início dos anos 1960, a UNE era instituição influente no debate político, sobretudo no período do governo Goulart, que acolheu algumas de suas reivindicações e atribuiu cargos oficiais a militantes egressos de organizações estudantis. Jovens universitários participaram de várias atividades voltadas para a mobilização popular naquele período, como campanhas de alfabetização, de criação de sindicatos rurais, ou organização da população favelada dos grandes centros. Alguns dos conflitos entre esquerda e direita no pré-64 tiveram como palco as faculdades, e isso estava bem fresco na memória dos protagonistas do golpe. (MOTTA, 2012)

Parte do Movimento Estudantil vinculava-se à esquerda católica, movimento conhecido popularmente como Ação Popular (AP), cujo os membros estavam quase na presidência da UNE, que tinha como vice um membro comunista. Para os movimentos de Direita, os comunistas eram uma péssima influência para os estudantes brasileiros. Embora os universitários fossem taxados de comunistas por ser a maioria pertencentes a grupos de estudantes adeptos das ideia de diretas já.

Entre os professores universitários era comum encontrar, docentes com ideia de direita e de extrema direita, sobretudo os professores dos cursos de medicina e direito. Havia um grande grupo simpatizantes das ideias conservadoras.

Existia um grupo pequeno de professores pertencentes ao PCB, que apoiavam as causas do movimento estudantil, porém, quando o regime ditatorial se consolidou uma boa parte dos docente tenderam para os movimentos de oposição.

O Estado com o apoio dos grupos conservadores do Brasil, montou um aparato para a “operação Limpeza”, que contou com o apoio de diversos grupos pertencentes a direita e a extrema direita, envolvendo diretamente civis e militares. Nesse período, fora criado o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), cujo o alvo preferido eram os estudantes universitários, sobretudo os membros da UNE.

Sendo essa a situação nas universidades, sobretudo tendo em vista o perfil da militância estudantil, é fácil compreender por que elas foram tão visadas pela repressão. No momento do golpe, os agentes repressivos já tinham seus alvos previamente definidos. Eles mantiveram os militantes sob vigilância mesmo durante o período Goulart, quando a orientação em alguns estados e em âmbito federal era deixar a esquerda em paz. Em 1964, as operações de repressão tiveram como protagonistas principais as forças policiais (civis e militares), mas também algumas unidades das Forças Armadas, que fizeram seu “batismo de fogo” em atividades a que se dedicariam com afinco nos anos seguintes. Em certos lugares, os agentes públicos contaram também com o auxílio de militantes de grupos de extrema direita (Comando de Caça aos Comunistas – CCC, integralistas), alguns dos quais montaram sua própria estrutura de coleta de informações durante o governo Goulart.(MOTTA, 2012)

A partir de então deu-se início a “Operation Clean-up”, em que foram presas milhares de pessoas. Os números de professores e estudante são imprecisos, pois de acordo com alguns relatórios, cita-se que mais de 30 mil pessoas foram presas. O que se sabe ao certo é sobre a resistência armada de alguns grupos de estudantes e professores.

Algumas Universidades brasileiras que tentaram resistir ao golpe forma ocupadas, entre elas: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP)

e a ocupação de prédios da então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul –(UFRGS) e da Universidade do Brasil (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Nesse embates, foram assassinados dois estudantes secundaristas em Recife.

A repressão era tanta que houve várias formas de escapar dela, como casos de vários estudantes que fugiram para as embaixadas, e outros tantos para casa de amigos, longe dos grandes centros. Além disso, segundo alguns relatos muitos alunos e professores tiveram que enterrar seus livros que tinha ideologia marxistas.

Consulados e embaixadas estrangeiros tornaram-se o refúgio preferido de muitos dos que fugiam à prisão, na expectativa de sair do país. Mas a opção logo se esgotou, pela limitada capacidade de abrigo nas representações diplomáticas dispostas a receber refugiados e também pelo aumento da vigilância policial. A alternativa da maioria foi se esconder em casa de amigos ou parentes, sempre que possível longe dos centros urbanos. Mas sair das grandes cidades não era fácil, já que nas estradas de acesso a muitas delas foram instaladas barreiras com a exigência de salvo-conduto expedido pela polícia. Procurando livrar-se de “provas” de qualquer inclinação esquerdista, outra cautela adotada era queimar documentos e ocultar livros, sobretudo os de orientação marxista. Houve casos de livros enterrados, enviados a parentes insuspeitos, e mesmo de pessoas que, em total desespero, queimaram não só os documentos, como também os livros. (MOTTA, 2012).

Nesse período, várias bibliotecas particulares e públicas foram depredadas pela polícia, que buscava livros com índices considerados subversivos. Além disso, muitas editoras e livrarias não eram vistas com bons olhos por parte da polícia e, por isso foram destruídas ao longo do período em que os militares se mantiveram no poder.

Sabendo que tal ato ia de encontro às ideias democráticas, justificavam esse tipo de violência, afirmando que estavam fazendo isso para salvar o Brasil das ameaças comunistas que circulavam a partir das produções textuais publicadas pelas editoras e livrarias.

Enfim, artistas, estudantes, professores, escritores, jornalistas passaram a ser os inimigos dos militares. Sofriam censura e perseguições e torturas. As lideranças dos movimentos estudantis eram o alvo preferido dos militares, pois eram vistos como perigosos implantadores das ideias comunistas no meio dos estudantes. Por isso proibiram o funcionamento da UNE e atearam fogo em seu prédio, que funcionava no Rio de Janeiro e, Vários diretórios estudantis foram destituídos no Brasil pelo Conselho Universitário.

A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. A repressão mais aguda contra estudantes ficou simbolizada no episódio de depredação e incêndio, na tarde do dia 1º de abril de 1964, no Rio de Janeiro, do prédio da UNE, objeto de ódio dos grupos de direita e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram por proibir seu funcionamento. Também no Rio de Janeiro, o Conselho Universitário da UB dissolveu três diretórios estudantis (Filosofia, Direito e Engenharia), por acusação de indisciplina grave durante os acontecimentos que levaram à “Revolução”. O número de estudantes presos foi bem superior ao de professores, e suas entidades sofreram intervenção por todo o país. Para fazer a “limpeza” dos órgãos estudantis, o poder militar nomeou interventores em vários estados, em geral estudantes “democratas”, ou seja, alinhados à nova ordem. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Federação dos Estudantes ficou sob intervenção durante quarenta dias, quando os militares entenderam ser possível sair de cena, já que haviam livrado a entidade da “maléfica influência comunista”, nas palavras do comandante do III Exército. (MOTTA, 2012).

Com a Ditadura instalada no Brasil e toda perseguição feita aos estudantes e intelectuais brasileiros, os militares vieram como necessário reformar o ensino das Ciências Humanas no Brasil. Para o governo as escolas e as universidades eram elementos essenciais para a manutenção de poder, pois eram laboratórios de reprodução de conhecimento.

Por esse motivo o Estado se mostrou atento ao ensino de História, realizando algumas reformas nas metodologias e conteúdo de conhecimento

histórico. A partir daí a disciplina foi esvaziada do teor crítico, ação justificada com o discurso de manutenção da segurança nacional. Como estratégia política, o governo visava transformar as escolas e universidades, em aparelho ideológico do Estado e, por esse motivo os currículos passaram a ser controlado pelo governo, moldados afim de atender a apelos da elite dominante no Brasil.

Tornou-se necessário naquele momento, adequar todas as instâncias nacionais aos interesses da nova classe no poder para que o Regime Militar pudesse ser legitimado e não correr o risco de ser der posto. Nesta perspectiva, foi criado um aparato governamental que restringia os direitos civis e políticos da população a fim de calar as possíveis vozes de contestação ao regime. É nesse momento que o governo estruturou e aprovou as reformas educacionais, sendo elas a Reforma Universitária (Lei 5.540/68) e a Reforma do 1º e 2º graus (Lei 5692/71). (SKIDMORE, 1998).

A partir da criação das leis [Lei 5.540/68 e do Decreto 464/69], o governo acabava com o Movimento Estudantil, e tirava deles toda a ideologia política. O Estado justificava que esses atos era realizados em nome da segurança nacional. Vale salientar que esses atos centralizavam as decisões nas mão do Executivo, tirando a autonomia universitária.

Com essas decisões vários professores foram perseguidos e tiveram o seus diplomas suspensos, com isso perdiam o direito de ministrar aulas. Alunos foram perseguido e expulsos das escolas e universidades, os conteúdos foram censurados. Foi baixado o decreto 477/69, que era uma extensão do Ato Institucional de número V, em que foi criada uma polícia-política que ficou conhecida como, Assessoria de Segurança e Informação (ASI), o qual o ensino passou a ser controlado diretamente pelo Exército.

É no auge da ditadura que foram assinados os Acordos entre o MEC e a USAID. Os técnicos da USAID (United States Agency for International Development) participaram diretamente na reorganização do sistema educacional brasileiro. Tais acordos deram à USAID um poder de atuação em todos os níveis de ensino (primário, médio e superior), nos ramos acadêmico e profissional, no funcionamento do sistema educacional, através da reestruturação

administrativa, no planejamento e treinamento de pessoal, docente e técnico, e no controle do conteúdo geral do ensino através do controle da publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos (SILVA,2005).

Com o ideário da segurança nacional, a educação técnico-científica tornou-se prioridade para o governo, pois, de acordo com a ideologia militarista da ditadura era necessário um plano desenvolvimentista, em que o Brasil se abria para instalação das empresas multinacionais.

Dentro desse contexto o ensino das Ciências Humanas, das disciplinas como: História, Geografia e Filosofia foram excluídas do ensino do 1º grau, atual ensino fundamental, sendo substituídas por disciplinas como: Moral e Cívica e desenho para que a população tivesse uma educação moralista, sendo abandonados conhecimentos como cultura e política, que são essenciais para a formação da sociedade.

A reforma universitária foi proposta de forma para que o ensino superior se transformar-se em bípode a partir do ensino e pesquisa, sendo executados por professores da mesma área de conhecimento.

Os cursos superiores eram definidos por suas grades curriculares, sendo as disciplinas distribuídas da seguinte forma: Obrigatórias, eletivas e optativas. O currículo deveria ser controlado pelo colegiado, como foi citado anteriormente o colegiado era composto por militares.

As disciplinas de História e Geografia foram fundidas em apenas uma, que ficou conhecida como Estudos Sociais, além das Moral e Cívica. Vale lembrar que os conteúdos críticos de História e Geografia foram eliminados, e ganharam uma linguagem ufanista em torno do nacionalismo.

Com toda essa reforma educacional, os currículos dos cursos superiores foram alterados, com a justificativa de que visavam um plano desenvolvimentista brasileiro e para a manutenção da segurança nacional.

Na formação docente, a licenciatura curta em Estudos Sociais estabelecia como currículo mínimo as seguintes áreas: História, Geografia,

Ciências Sociais, Filosofia, Ciência Política, OSPB e as obrigatórias: EPB, Educação Física, além de Pedagogia. A licenciatura curta seria de 1.200 horas, portanto, um ano e meio; enquanto, a licenciatura longa seria de 2.200 horas, três anos. (SILVEIRA, 2008)

Como a falta de professores no mercado era grande, o governo autorizou as licenciaturas curtas, como forma de sanar o analfabetismo. No entanto, cabe aqui lembrar que para o Estado não era interessante cursos de licenciaturas com tempos longos, pois não era bom ter professores bem formados.

Além disso, foi aprovado a ideia de notório saber, em que profissionais de outra área poderia assumir a docência. Na educação, as disciplinas mais afetadas foram as de História e Geografia, lembrando que os professores das respectivas disciplinas também foram perseguidos. A partir da Portaria de nº 790, publicada em 1976, criada pelo Ministério da Educação, ficava determinado que as aulas de Estudos Sociais no 1º grau, só poderia ser ministrada por profissionais formados em Estudos Sociais. Essa foi uma forma encontrada pelo governo em obrigar aos professores de História e Geografia a ingressar no curso de formação Estudos Sociais.

Restavam apenas para os professores de História e Geografia o 2º grau para ministrarem as aulas. É pertinente lembrar que no Brasil nesse período tinha um número muito baixo de escolas e alunos de 2º grau.

O ensino de História e Geografia foram completamente destruídos de sua lógica, a base curricular foi construída de forma para não despertar o espírito crítico da sociedade. Seguindo essa lógica a História limitou-se a ser ensinada de forma factual, construindo heróis, datas e mostrando a historiografia a partir de grande feitos. Esse forma de educação pelos militares é visto por muitos como uma grande intervenção do Estado no processo de formação dos alunos e da sociedade sem uma ideologia crítica.

Dessa forma o Estado passou a controlar de forma ideológica as disciplinas de 1º grau na formação da sociedade, deixando sem o acesso aos conteúdos culturais e regionais e principalmente, a população ficou sem os aspectos críticos da sociedade.

A desqualificação dos profissionais da educação da área de História, resultantes da intervenção do Estado e a proibição dos mesmos de lecionarem no 1º grau, aumentou a resistência da categoria. Surgiram várias manifestações a partir de 1973 no Fórum de Debate sobre Estudos Sociais, na USP, na Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e na Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH).

Os docentes da área de Ciências Humanas, iniciaram algumas manifestações para obrigar o governo a rever seus conceitos em relação aos licenciados em História e Geografia. O movimento conseguiu realizar um congresso da Sociedade brasileira para o progresso das ciências, o qual foi aberto uma negociação com o Estado, para que houvesse uma revisão do artigo 5º da resolução Nº 8 de 1971, para que fosse liberado para os licenciados em História em lecionar a disciplina de Estudo Sociais no ensino fundamental 1.

O ensino de 1º e 2º grau tinha sua grade curricular montada pelas universidades, dessa forma o ensino básico no Brasil enfrentou uma verdadeira ditadura acadêmica. Nesse período foram elaborados livros para o ensino, obrigando aos professores de ensino básico a serem meros reprodutores de conteúdos escritos nas universidades. A partir desses fatos a educação tornou-se algo engessado, ou seja, premeditada pelas universidades brasileiras.

No ano de 1971, a partir da criação da lei de nº 5692/71, houve uma unificação entre o antigo primário com o ginásial, aumentando o curso para 8 anos, e criou o ensino de 2º grau com a profissionalização universal e obrigatória, no intuito de formar mão de obra técnica e qualificada para atender ao mercado de trabalho no Brasil.

Com a reestruturação do ensino, tornou-se necessário reformular os currículos das escolas de primeiro e segundo graus, incluindo as disciplina de Educação Moral e Cívica (EMEC) no 1º grau e Organização Social e Política do Brasil(OSPB) no 2º grau. As disciplinas de História e Geografia foram substituídas pelos Estudos Sociais, levando ao esvaziamento dos conteúdos, fazendo-os regredir ao método mnemônico, fazendo o aluno decorar datas, nomes e fatos importantes da nossa história com vistas ao desenvolvimento do nacionalismo, elemento importante na formação

do indivíduo para a efetiva manutenção do regime instituído. (BRASIL/SEF, 1997).

Com um pesado conteúdo ideológico as disciplinas de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica tornaram-se as disciplinas mais importantes para o governo, pois a grande ideia era que a população progredisse nas questões Morais e cívicas, com isso o ensino de História e Geografia foram descaracterizado a partir da implantação da educação técnica.

As aulas de História voltadas para o Ensino Médio, sobretudo os conteúdos que tinham como enfoque as grandes mudanças socioeconômicas, destacavam a trajetória política da burguesia, sempre mostrando a elite econômica como vitoriosa em meio aos modos de produção.

Por esses motivos, a História começou a formular seus heróis e os feitos históricos, a historiografia tradicional mostrava sempre o lado dos vitoriosos. Essa prática didática ficou conhecida como História Nova, onde o grande enfoque era sempre a burguesia como consolidadora da História moderna.

Para compreender a História o aluno deveria dominar, em princípio, a noção de tempo histórico. No entanto, o desenvolvimento dessa noção no ensino limitava-se a atividades de organização do tempo cronológico e de sucessão como datações, calendário, ordenação temporal, sequência passado- presente-futuro. A linha do tempo, amarrada a uma visão linear e progressiva dos acontecimentos, foi sistematicamente utilizada como referência para distinguir os períodos históricos'. (BRASIL/SEF, 1997).

Vale lembrar que as reformas educacionais causaram um processo de expansão nos ensinos de 1º e 2º grau, pois aumentou o número de escolas pelas cidades brasileiras, mas comprometeu a didática de ensino, elaborando conteúdo tendenciosos que atendessem aos requisitos do governo militar.

AS CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir da criação do Ato Institucional de número V, divulgou-se a ideia de uma grande reforma universitária, tendo em vista o processo de expansão da rede particular que ocorria no Brasil nesse período. Além desses fatores, se fazia necessário a ampliação dos campos universitários e expandir os cursos de pós-graduação.

A tarefa de reformar a educação superior no Brasil, nesse período, era um dos trabalhos mais difíceis que os militares tinham que enfrentar, pois qualquer tomada de decisão errada colocaria a população universitária contra o governo. Por isso era necessário iniciar a reforma a partir de diálogos e debates com a população universitária.

Criou-se, portanto, um ambiente de diálogo para que a reforma não parecesse algo autoritário, pois o autoritarismo e a violência tinham sido usados para varrer os obstáculos políticos. Um outro intuito que se tinha era de atrair os grupos que estavam insatisfeitos com o governo.

Ao Passar dos dias ficava claro a intenção da reforma universitária como prioridade para os militares, por isso, em 1969 foi editado o Decreto-Lei n.464, que dava um prazo máximo de 90 dias para que as universidades adaptassem seu estatutos às imposições da Lei da Reforma Universitária (n.5.540).

A partir do governo de Garratazu Médici, foi colocado como o Ministro da Educação o Militar Jarbas Passarinho que tinha grandes habilidades nas negociações. Dentro desse contexto o ministro iniciou o processo de montagem da equipe, procurou colocar professores com grandes prestígios colocando, inclusive, profissionais com um passado político com ligação com as ideologias de esquerda.

Se o comando do Ministério da Educação nos primeiros anos da ditadura esteve em mãos pouco hábeis, a partir do governo Médici, em fins de 1969, assumiu a função um militar híbrido e com talento político, Jarbas Passarinho. Com Passarinho à frente, o MEC ganhou novo prestígio e capacidade de liderança, o que influenciou o ritmo da reforma universitária. Na montagem da equipe ele cercou-se de assessores competentes, como o professor Newton Sucupira, prestigiado membro do Conselho Federal de Educação e militante pelas reformas. Sucupira ocupou o comando do DAU/MEC, organizado a partir da antiga Diretoria de Ensino Superior, com a missão principal de fomentar as mudanças. Para o recém-criado DAU foram levados vários professores universitários jovens e talentosos, alguns dos quais com passado político comprometedor e que viriam a ter problemas com os órgãos de repressão. Para a secretaria-geral foi convidado o primeiro líder do Projeto Rondon, o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues. Quando ele saiu para ocupar o posto de secretário de Educação do Rio Grande do Sul, foi sucedido no cargo pelo coronel Confúcio Pamplona, considerado também hábil e dinâmico. (MOTTA, 2012)

Para Passarinho atender a vontade dos militares era necessário afastar toda a influência das ideias de esquerda no Brasil, sendo que esse era um dos maiores desafios, pois o processo de modernização universitária exigia grandes habilidades. Precisava do apoio de boa parte da comunidade universitária, pois, se a repressão fosse mais forte, a ideia de reforma e modernização iria se perder.

Se nesse momento de Reformas universitária professores, equipe técnica e alunos se colocassem na oposição, seriam expurgados, e com os expurgos a reforma seria totalmente comprometida, pois haveria um fuga em massa da comunidade intelectual-científica brasileira.

Por esse motivo o Ministro da Educação se colocava aberto ao diálogo, pois a indisposição com os universitários poderiam ser bem pior. Jarbas Passarinho usou o serviço secreto para a tomada de algumas decisões. Historiograficamente sabe-se que o esforço foi em vão, pois o diálogo era muito difícil nas condições políticas em que o Brasil se encontrava.

Jarbas Passarinho tentou fazer uma política de tolerância entre os intelectuais de esquerda, em que os adeptos das ideias marxista deveriam conviver com os conservadores. Com essas ideias pregadas por Passarinho, ele conseguiu apoio de alguns empresários, mas recebeu inúmeras críticas dos militares, criando indisposições com alguns.

Para a época, era quase impossível que os militares brasileiros aceitassem que as ideias marxistas circulassem livremente no Brasil, pois os grandes inimigos do governo militar no Brasil eram considerados marxistas.

Em entrevista publicada pela revista *Veja* em novembro de 1969, o ministro da Educação disse que seria criterioso nas punições, cuidando da segurança nacional sem cometer injustiças. E deu a entender que não seria proibida a leitura de Marx, embora afirmasse que o socialismo estava ultrapassado, assim como o capitalismo liberal. Ele sugeriu que iria tolerar professores marxistas competentes, desde que não usassem suas aulas para fazer defesa dessas ideias: “Eu colocaria muito mais depressa nos artigos punitivos o mau professor, ainda que gritasse contra o comunismo, do que o professor que pensa filosoficamente de acordo com o comunismo, leninismo, ou maoísmo, mas que seja um excelente professor.”³ Essa fala pode ter funcionado como senha para outras pessoas em posição de poder nos meios educacionais e culturais: os intelectuais de esquerda poderiam ser mantidos nos cargos ou contratados, contanto que fossem discretos e evitassem fazer proselitismo de suas ideias. Efetivamente, algumas autoridades públicas pensavam da mesma maneira e puseram em prática essa estratégia, que, embora não inventada pelo titular do MEC,⁴ por ter sido sugerida por ele passou a contar com importante respaldo político. Nas universidades, isso teria importantes consequências. (MOTTA, 2012).

Um dos grandes desafios da reforma universitárias era a organização do plano de cargos e carreiras para os docentes, que buscavam melhorias nos salários e a valorização na carreira da docência. A iniciativa partiu com a criação da Lei n.4.881-A, de dezembro de 1965, chamada de Estatuto do Magistério Superior. A lei regulava o sistema de progressão dos professores universitários, a qual passou a incluir o cargo de professor pesquisador. A grande novidade dessa lei era a criação

do regime de tempo integral ou dedicação exclusiva. No Brasil esse cargos existiam apenas no ITA e USP.

A implementação da dedicação exclusiva era de grande importância para a instalação da reforma, pois dava condições ao professor de manter a pesquisa, além de diminuir a carga didática. De acordo com a lei, o professor deveria cumprir uma carga horária de 18hs em sala de aula, com a DE sua carga aumentava para 30hs, recebendo um acréscimo de 100% em seu salário. Sendo que o docente não poderia ter um outro vínculo empregatício.

Na prática, a nova legislação mudou pouco a vida dos professores. Primeiro, o aumento salarial ficava por conta dos recursos das próprias universidades que tornava a lei inviável. Por outro lado, o salário dos professores era muito baixo e o aumento em 100% causava pouco impacto, ou seja, as condições oferecidas aos docentes eram poucas atrativas.

Algumas universidades, com raras exceções, conseguiram financiamento de algumas empresas e até mesmo auxílio financeiro do próprio governo, como foi citada anteriormente, mas eram raras as universidades que conseguiam essa complementação orçamentária.

Outra medida foi a criação da Lei de número 5.540, a qual extinguiu a ideia de professor catedrático, criando o professor titular sem pré-requisito, deixando claro a ideia de que não se podia separar o ensino da pesquisa; além de encerrar a ideia de pesquisador universitário. Os catedráticos tornaram-se professores titulares, já os pesquisadores foram colocados como professores.

Ficou estabelecido também que o regime de dedicação exclusiva seria regulamentado em futuro decreto, com previsão de implantação paulatina e sujeita a análise do plano de trabalho do professor interessado. O decreto com a regulamentação do tempo integral saiu em fevereiro de 1969 (n.64.086) e estabeleceu três novos regimes de trabalho, doze horas, 22 horas e quarenta horas com DE. A gratificação para a DE tornou-se bem mais atraente, subindo para 380% do vencimento básico, incentivo muito mais compensador que os 100% previstos na lei anterior. (MOTTA, 2012).

A aplicabilidade da lei não atingiu a todos os docentes. De acordo com dados colhidos, apenas 20% dos docentes dentro de um montante de 15 mil foi contemplado com a implementação do Regime integral, gerando revolta entre os membros da classe. Isso foi causado por um mau entendimento de alguns professores. A implementação da lei seguiu algumas prioridades, levando em conta necessidade e a realidade local.

A partir do início da implementação dessa lei, o governo começou a realizar as propagandas, divulgando os investimentos que estavam fazendo na educação superior brasileira. A propaganda ficou conhecida a partir do slogan: “Brasil grande”, em que era mencionada a reforma universitária e os investimentos na ampliação das universidades e, sobretudo, na valorização dos professores. Essa propaganda era feita a partir de uma estratégia publicitária no intuito de mostrar a população de que o ensino superior no Brasil estava passando por um processo de expansão.

A partir da expansão universitária, as estruturas físicas e curriculares dos cursos também tiveram que passar pelo regime das reformas, novos cursos surgiram e como consequência houve um aumento considerável do número de alunos.

Boa parte da expansão do sistema federal veio de mudanças internas nas instituições preexistentes, que durante a reforma criaram novas faculdades e institutos, bem como novos cursos de graduação, enquanto aumentavam as vagas para outros já em funcionamento. Houve também expansão do corpo docente nas instituições federais, que passou de 15 mil professores em 1968 para aproximadamente 38 mil em 1978. Quanto ao número de estudantes matriculados nas instituições federais de ensino superior, o total passou de aproximadamente 100 mil em 1968 para 185 mil em 1973, saltando para 290 mil em 1979. Vale ressaltar que essa expansão foi proporcionalmente menor que o crescimento verificado nas instituições particulares, pois a porcentagem de alunos das federais passou de 36% do total de universitários em 1968 para 23% do total de universitários em 1977. (MOTTA, 2012).

O regime de vestibular passou por profundas mudanças. Os vestibulares antigos eram realizados pelas faculdades, ou seja, cada curso elaborava sua prova e a quantidade de alunos que realizavam vestibular nessa época era muito baixa.

Com as mudanças, as provas foram unificadas, saindo das mãos dos diretores e ficando a cargo das Reitorias universitárias.

Para que as mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam sendo implementadas no Brasil dessem certas, eram necessárias reformas não apenas no ensino universitário como também na educação básica. O Brasil passava nesse momento por uma mudança de perfil econômico, pois vários setores sociais como a elite e até mesmo os operários estavam lutando pela ampliação das indústrias no país, sendo que, para poder viabilizar a instalação das indústrias eram necessários qualificar a mão de obra, e uma das via encontradas para esse processo de qualificação foi a ampliação e reformas no ensino básico brasileiro.

A educação básica tornou-se em algo de interesse para as necessidades do mercado; a grande sacada que se tinha era a ideia de privatizar o ensino. A ideia que se tinha no período era que o investimento na educação deveria aumentar a produtividade e o aumento de renda per capita, ou seja, a partir de ideia políticas o governo queria implantar as linhas tecnicistas de educação para que assim formasse operários.

Para orientar os debates do simpósio foi elaborado um “documento básico”, organizado em torno do vetor do desenvolvimento econômico, situando-se na linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e da renda. Em torno dessa meta, a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país (Souza, 1981).

O Ministério da Educação juntamente com o Ministério do Planejamento colocaram como meta a profissionalização do Ensino Médio. Já para os cursos universitários a ideia era atrelar os cursos superiores com a educação tecnológica, para que assim atendessem aos anseios e à demanda de mão de obra técnica e qualificada que o país necessitava nesse período.

O ensino básico passou por sérias mudanças. O Brasil era um país com um grande número de analfabetos e a alfabetização antes do golpe partia do princípio Libertário criado por Paulo Freire, mas no período pós-golpe existiu uma grande mudança. Primeiro foi criado o ensino Mobral em que a educação tinha uma filosofia voltada para a formação técnica do aluno, para muitos as mudanças que ocorriam no ensino básico era mais uma estratégia para manter a população sem os devidos conhecimentos e sem o espírito crítico.

O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em 5 meses, como se propunha o programa (REFUFELS, apud NISKIER, 1989.).

A ideia de implantar o sistema tecnicista pelo sistema ditatorial era para que a educação fosse pensada como forma de reprodução da vida operária, em que os alunos pensavam na hierarquia, ordenamento e disciplina, levando a ideia de burocratização das coisas, era uma educação voltada apenas para os deveres e produção do aluno.

na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI,2008).

O Mobral foi fundado com a meta de erradicar o analfabetismo no Brasil, que tinha por ideal introduzir os analfabetos na sociedade, colocando-os no mercado de trabalho, sendo que a ideia do governo era fazer com que a população aprendessem a ler e escrever e os cálculos matemáticos. A grande propaganda realizada em cima dessa modalidade de ensino era que as classes menos favorecidas teriam inúmeros benefícios.

possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam

o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979.).

Os teóricos brasileiro fizeram inúmeras críticas ao Mobral, afirmavam que era uma forma de criar mais analfabetos no Brasil. Para eles, a maneira pela qual se pensava a educação e da forma com que era ensinado estavam apenas piorando a situação educacional brasileira.

Com o ideal de avanço e combate ao analfabetismo, o MEC criou o Centro de Estudo Supletivo (CES), mais uma modalidade de ensino voltada para Jovens e adultos, que se dizia ser o reconhecimento da cidadania aos Jovens e adultos.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecida com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA, 2004.)

Dentro desse contexto, inúmeras parcerias formadas entre o MEC e o USAID (Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional). Órgão esse dos EUA, encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa de caráter civil. A partir desse contexto, é perceptível que a educação brasileira era de grande interesses à política Norte-americana, pois dentro da ideia de Guerra Fria, o que visavam barrar era a entrada de ideia comunistas na educação brasileira.

A partir desse sistema mútuo de colaboração para a educação brasileira, foram criados inúmeros programas para erradicar o analfabetismo no Brasil, lembrando que todos os programas educacionais tinham o viés tecnicista.

O PRODAC (Programa de Desenvolvimento de Atividades Comunitárias), ACISO (Programa de Ação CívicoSocial), PAF (Programa de Alfabetização Funcional), PEI (Programa de Educação Integrada), Programa de Autodidatismo, Programa Cultural, Programa de profissionalização, PETRA (Programa de Educação Comunitária para o Trabalho), PES (Programa de Ação Comunitária para a Saúde) e os balcões e postos de empregos. Além destes

Programas, também foram assinados alguns convênios: LBA (Legião Brasileira de Assistência), FEFIERJ (Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro) e também houve a criação da Mobralteca. (NISKIER,1989).

Todos esses programas voltados para a erradicação do analfabetismo com o passar do tempo, segundo os números divulgados pelo governo, melhorou os índices de alfabetização no país, levando o presidente do Mobral a repensar no programa, pois de acordo com os dados do governo o Brasil tinham atingindo a meta de cidadãos alfabetizados.

Para o governo brasileiro, o país tinha erradicado o analfabetismo, pois de acordo com os protocolos internacionais a taxa tinha se reduzido para apenas 11% da população. Mas os dados divulgados pelo governo eram contestados, inclusive o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), LBA(Legião Brasileira de Assistência) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), que afirmavam que os números divulgados pelo governo eram dados forjados.

A política do Mobral voltou-se para as crianças, tendo como objetivo trabalhar com a educação pré-escolar, ou seja, a prioridade era atender as crianças de 1 a 6 aos de idade. A ideia anterior foi abandonada e com essas mudanças de filosofia, o Mobral foi extinto.

Um dos maiores desafios para os governos brasileiros sempre foi a educação. De acordo com os dados apresentados, no ano de 1964, ano do golpe militar, pouco mais de 33% da população entre 7 a 14 anos não frequentavam a escola pelo fato de não existir.

A partir do Golpe Militar, houve uma certa expansão do ensino, mas financiado por empresas particulares; foram criados mecanismo de instalação das empresas educacionais privadas, foram criadas condições legais de transferências de recursos públicos para a iniciativa privada.

A Constituição de 1967 deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem

aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano, investidos no ensino primário. A União, segundo esta Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização é visível. (ASSIS,2012).

Fica-se claro a ideia de que o governo não tinha interesses de investimento na educação pública brasileira e fazia transferências de recursos públicos para o setor privado, ou seja, apenas as pessoas que tinham boas condições financeira eram privilegiadas com os altos níveis de ensino. As camadas menos favoráveis pouco tinha acesso, a maioria não tinha o direito a educação pela falta de vaga.

Os acordos MEC-USAID, que elaboravam o sistema primário, médio e superior, previam o financiamento e os acordos técnicos, entre eles o treinamento dos professores e a elaboração e o fornecimento de livros, onde o governo Norteamericano controlava os conteúdos aos quais os alunos brasileiros tinham o acesso.

Vale salientar que a UNE (União Nacional Estudantil) fez grande oposição as parceiras firmadas pelo MEC, pois para a União Estudantil, a forma com que foi realizado esse acordo levava a manipulação da educação brasileira, deixando os alunos privados aos conteúdos pertinentes ao próprio Brasil.

Em 1967, a Constituição Federal assegurou a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino fundamental de 8 anos, em que a Lei de Diretrizes de Bases fazia uma nova divisão da educação em 1º e 2º grau. A mudança na reformulação estava no aumento de tempo escolar.

Ao mesmo tempo que aumentava o período escolar, houve um corte de gasto com a educação com a justificativa de uma maior flexibilidade orçamentária; foi reduzido os salários dos professores e o aumento da jornada de trabalho.

Segundo os discursos do governo, as leis educacionais eram voltadas para a formação e realização dos educandos, visando a educação profissional para a atuação no meio, pois o Brasil passava por uma fase conhecida como o milagre econômico, quando houve um grande crescimento, gerando inúmeros empregos na sociedade, por isso a educação era voltada para a parte técnica e introdução do educando no mercado de trabalho.

Cabia à escola prover-se de conteúdo e métodos que possibilitassem, além da cultura geral básica, também a educação para o trabalho e a educação de formas de relacionamento humano em que estivessem proscritos, “de uma vez por todas, seus aspectos autoritários e inibidores” (Romanelli, 1996).

A lei 5. 692 de 1971 mudou vários pontos. Um deles foi a ampliação do ensino fundamental obrigatório de 4 para 8 anos, abrangendo o 1º grau, que foi uma junção do primário com o ginásio, cobrindo as crianças e adolescentes entre as idades de 7 a 14 anos. Um outro ponto que gerou discussão foi a profissionalização do ensino médio ou 2º grau. A partir dessa lei, foi criado um currículo que obedeciam as ideias educacionais do regime, introduzindo as disciplinas Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde. Essas disciplinas foram introduzidas no 2º grau.

Apesar de toda a ampliação e sendo colocado como obrigatoriedade o ensino de 1º grau, o Estado não conseguia oferecer vagas para toda a população. Boa parte da sociedade era excluída do cumprimento da lei criada pelo próprio Estado.

Um outro grande problema era a evasão escolar, o índice de desistência e repetência era muito grande devido a vários fatores, dentre eles a situação econômica das famílias, onde muitas crianças e jovens eram colocados no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

Quase 30% das crianças de 7 a 14 anos não tinham acesso à escola; a evasão e a repetência apresentavam dimensões temíveis; menos da metade das crianças que ingressavam a 1ª série do primário chegavam à 2ª série, e somente uma ínfima parcela chegava ao ensino superior. No âmbito do projeto hegemônico em foco, a democratização do ensino “assumia o significado de uma ampliação de oportunidades de acesso à escola, do aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, da adoção de dispositivos [...] que facilitassem a melhoria do fluxo escolar, numa tentativa de diminuir as taxas de evasão e repetência” (GERMANO,2005).

Um outro ponto que deve-se destacar é a expansão do número de matrículas no 1º grau. De acordo com os dados da UNICAMP, houve um aumento de 40% de alunos matriculados no 1º grau, um grande avanço quantitativo na educação básica, lembrando que boa parte desses alunos matriculados estavam fora de faixa.

O aumento do número de matrículas serviram apenas de números, e diga-se de passagem números meramente políticos, pois não existiu um avanço no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois os resultados foram trágicos para o rendimento estudantil. Primeiro, foi reduzida a jornada escolar, aumento dos turnos e conseqüentemente da quantidade de alunos; segundo, os investimentos não foram suficientes na estrutura escolar, precarizando toda a parte física-educacional.

Um outro ponto a ser destacado foi o uso de professores leigos, ou seja, eram pessoas que não tinham o conhecimento pedagógico para lecionar. A região do Nordeste foi uma das mais afetadas pela falta de qualificação profissional. Ficou claro que, apesar da obrigatoriedade do ensino de 1º grau, a educação ofertada pelo Estado era de baixa qualidade, levando à desistência e à repetência de boa parte dos alunos. Essas decisões mantiveram o país com um grande número de analfabetos e analfabetos funcionais.

A educação era usada como censura e repressão, foi colocada disciplinas que asseguravam a segurança nacional, como era o caso das disciplinas de Moral e Cívica.

Os poucos investimentos na educação pública, nesse período, bem como em outras políticas sociais, decorreu da busca do Estado de evitar a subtração de recursos destinados ao capital e à “Segurança Nacional”. A rede escolar pública, portanto, sofreu um duro golpe, na medida em que a valorização da educação explicitada no discurso oficial correspondia, na verdade, à sua desqualificação. Então o Estado investiu na privatização do ensino, sobretudo nos níveis médio e superior. (ASSIS, 2012).

A educação Moral e Cívica, retomada pelos militares em 1969, tinha por seu objetivo principal, controlar as ações de jovens e controlar os seus comportamentos diante da sociedade, para que ele não fosse de encontro as regras impostas pelo o estado.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, é importante porque relata as reformas que a ditadura militar implementou sobre as disciplinas de humanas, e de História, hoje sofrem com a precarização e desvalorização no ambiente escolar e civil. Na verdade, essa desvalorização e mudança é um projeto de poder que teve a sua culminância com a ascensão do militares na política.

Onde a educação, teve um papel fundamental para a manutenção dos militares no poder, com medidas efetivas no ensino e inserção de novas disciplinas, como por exemplo, a “Moral e cívica”, na grade curricular que tinha como objetivo moldar forma de pensamento das pessoas e formar cidadãos apenas para o mercado de trabalho.

Essa desvalorização e precarização, ainda são sentidas nos dias atuais em nossas escolas do ensino básico e em nossas universidades. Com a falta de professores no quadro docente, professores mal remunerados, carga de trabalho elevado, falta de material didático para ministração das aulas, falta de estrutura física da própria instituição escolar. Enfim, os problemas e desafios são inúmeros na educação hoje.

Por isso, esse tema é pertinente para se discutir e refletir na academia, pois, é um tema atual, em que a educação no presente momento está sendo usada mais uma vez como de ideologização, com mudanças no ensino, juntando o ensino médio ao técnico como os militares implementaram quando estavam no poder

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. A igreja e a política no brasil. Belo Horizonte: Editora Brasiliense. 1979.

BEZERRA, Gregório. Memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CARVALHO, Cícero Pércles De. Alagoas 1980-1992: A esquerda em crise.

CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FERREIRA, JORGE. O Brasil republicano- vol. 3- O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____ O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964. Rio de janeiro.

FERREIRA, Mariete De Moraes. João Goulart – entre memória e história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge O Brasil republicano. Rio de janeiro: Civilização Brasileira.

LESSA, Golbery. Trama da Memória, Urdidura do Tempo: ethos e lugar dos operários têxteis- mito do bem- estar social nas fábricas têxteis- 1940/ 1960. Maceió: Edufal. s/ data.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita De. O homo inicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MIRANDA, Anivaldo De. Alagoas e o golpe de 1964. Maceió: PPS, 2004.

MORAIS, J. F. Regis De. Os bispos e a política no brasil. São Paulo: Cortez. 1982.

NAPOLITANO, Marcos. O regime militar brasileiro: 1964- 1985. São Paulo: atual, 1998.

PATRICK, Maria Bernarda. Dom Helder, pastor e profeta. São Paulo: Paulinas, 1983.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerda revolucionaria e a luta armada. Rio de janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985. Rio de janeiro.

TENÓRIO, Douglas Apratto. A tragédia do populismo e o impeachment de Muniz Falcão. Maceió: Edufal, s/data

